

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.737 - SP (2019/0227540-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA**
ADVOGADOS : **GUSTAVO LORENZI DE CASTRO - SP129134**
: **GUILHERME MATOS CARDOSO - SP249787**
AGRAVADO : **GERTRUDES MARIA LUDUVICO**
AGRAVADO : **ANTONIO ENTRINGER LUDUVICO**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONCLUSÃO NO SENTIDO DA INCIDÊNCIA DA IMPENHORABILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE A HIPOTECA FOI FEITA EM BENEFÍCIO DA ENTIDADE FAMILIAR. SÚMULA 7/STJ. JULGADO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA., com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual se insurgiu contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 167):

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Recurso contra decisão que desconstituiu penhora sobre bem imóvel, por reconhecê-lo como impenhorável nos termos da Lei nº 8.009/90 - Bem de família - Os requisitos ensejadores da impenhorabilidade foram demonstrados - Exequente agravante que não trouxe elementos descaracterizadores do bem de família - Ônus da prova que lhe cabia - Impenhorabilidade do bem reconhecida - Imóvel constrito que foi dado em garantia hipotecária em outra operação de crédito - Exceção do inciso V, do art. 3º da Lei nº 8.009/90 que se restringe aos casos em que a hipoteca é instituída como garantia da própria dívida, não por dívida contraída por terceiro - Inviabilidade da penhora - Decisão mantida - Recurso não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 187-198).

No recurso especial, o recorrente apontou, além de divergência

jurisprudencial, violação dos arts. 3º, V, da Lei n. 8.009/1990; e 140 e 1.022 do novo Código de Processo Civil.

Esclareceu que se opôs ao acórdão que entendeu pela impenhorabilidade do imóvel. Argumentou haver pontos omissos no julgado, não sanados mesmo após o julgamento dos embargos de declaração.

Afirmou não ser caso de incidência dessa proteção legal, haja vista que o bem em questão foi dado em hipoteca pelos recorridos, com benefício revertido em favor da entidade familiar. No ponto, arguiu que os agravados deram o imóvel como garantia, sendo certo que a empresa beneficiada pela hipoteca é de filho dos recorridos, portanto, do núcleo familiar. Ponderou que condição jurídica dos agravados deve ser equiparada à do fiador, logo, passível de ter a unidade imobiliária constrita. Frisou que eles eram garantidores e devedores solidários da dívida contraída, demonstrando seu benefício com a hipoteca do imóvel (e-STJ, fls. 203-226).

Nas razões do agravo, a parte agravante impugna os fundamentos da decisão denegatória do recurso, reiterando, no mais, as razões do mérito recursal (e-STJ, fls. 236-249).

Brevemente relatado, decido.

Com base na apreciação das provas constantes nos autos e na distribuição do ônus probatório, o Tribunal estadual concluiu pela impenhorabilidade do imóvel (Sítio Santa Clara, s/n., Município de Macaraí, São Paulo).

Confira-se (e-STJ, fls. 170-173):

De fato, o próprio exequente informou na petição inicial o supramencionado local quando da indicação do endereço em que seriam encontrados os devedores. Além disso, o imóvel constou como de residência do casal no registro de imóveis (fl. 24).

E, conforme registrou o Juiz a quo, as declarações de imposto de renda juntadas nos autos da execução trazem a propriedade como único imóvel do casal.

Ora, a priori, os requisitos ensejadores da impenhorabilidade de que trata a Lei nº 8.009/90 foram demonstrados, cabendo ao próprio exequente fazer prova em contrário. E, no caso, o exequente não se desincumbiu do ônus da prova que lhe cabia.

O ônus da prova da impenhorabilidade somente caberia ao devedor quando a sua configuração não se acha, de pronto, plenamente caracterizada, o que não é o caso em questão.

Desta forma, servindo o imóvel em questão à moradia da família e não havendo, por outro lado, prova alguma da ocorrência de alguma das hipóteses descaracterizadoras da impenhorabilidade, não se mostra razoável a insistência do exequente na respectiva penhora.

Descabida a alegação de que o fato de os proprietários haverem consentido com a hipoteca lançada sobre o imóvel descaracteriza-o como bem de família.

Essas ponderações acerca da incidência da impenhorabilidade de bem família foram feitas com base fática, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ.

Também com suporte probatório, foi afastada a premissa de que a penhora sobre o imóvel favoreceu a entidade familiar (incidência do verbete sumular n. 7/STJ). Isso porque se concluiu que a hipoteca não garantiria a dívida executada e esta teria sido contraída por pessoa jurídica que continha vários sócios, entre eles um filho dos agravados, não os próprios ora recorridos.

A propósito (e-STJ, fls. 173-174):

Embora o imóvel em questão tenha sido dado em garantia hipotecária, tal fato não retira a característica de impenhorabilidade do bem no presente caso, posto que não se o aplica a ressalva prevista no artigo 3º, inciso V, da Lei n 8.009/90.

Como é sabido, esta ressalva da impenhorabilidade prevista no artigo supramencionado somente se aplica à execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real, pelo casal ou pela entidade familiar, ao credor hipotecário, não se aplicando esta exceção às garantias hipotecárias prestadas em benefício de terceiro ou outras execuções fundadas em dívidas diversas.

No presente caso, a dívida é diversa, sendo outro o credor hipotecário, ou seja, a hipoteca não garante a dívida executada.

[...]

A dívida objeto dos autos foi contraída por terceira pessoa (pessoa jurídica em que figuravam como sócios diversas pessoas, dentre as quais o filho dos agravados), de modo que não se aplica a exceção do art. 3º, inciso V, da Lei nº 8.009/90.

Logo, o julgado não destoa da jurisprudência desta Corte Superior (Súmula 83/STJ):

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL DADO EM GARANTIA. IMPENHORABILIDADE. NÃO INCIDÊNCIA. DÍVIDA CONSTITUÍDA EM FAVOR DA PRÓPRIA FAMÍLIA. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA.

1. O art. 3º, V, da Lei 8.009/90 prevê que, sobre o imóvel dado em garantia hipotecária, não incide o benefício da impenhorabilidade do bem de família no caso de dívida constituída em favor da entidade

familiar. 2. Ademais, a Segunda Seção desta Corte, no julgamento do EAREsp 848.498/PR, concluiu que o bem de família é penhorável, quando os únicos sócios da empresa devedora são os titulares do imóvel hipotecado, sendo ônus dos proprietários a demonstração de que a família não se beneficiou dos valores auferidos.

3. Nesse contexto, considerando que a Corte local foi clara ao afirmar que não há dúvidas de que o negócio jurídico tenha se revertido em proveito da própria família, qualquer conclusão em sentido contrário ao que foi decidido pelo Tribunal a quo demandaria, necessariamente, novo exame do conjunto fático-probatório acostado aos autos, providência incompatível com a via estreita do recurso especial. Incidência, portanto, da Súmula 7 do STJ.

4. A incidência da Súmula 7/STJ prejudica o exame do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

5. De qualquer forma, observa-se que a parte agravante não cumpriu com o disposto no §2º do art. 255 do RISTJ, pois a demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas ou de acórdãos, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

6. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 1215736/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator